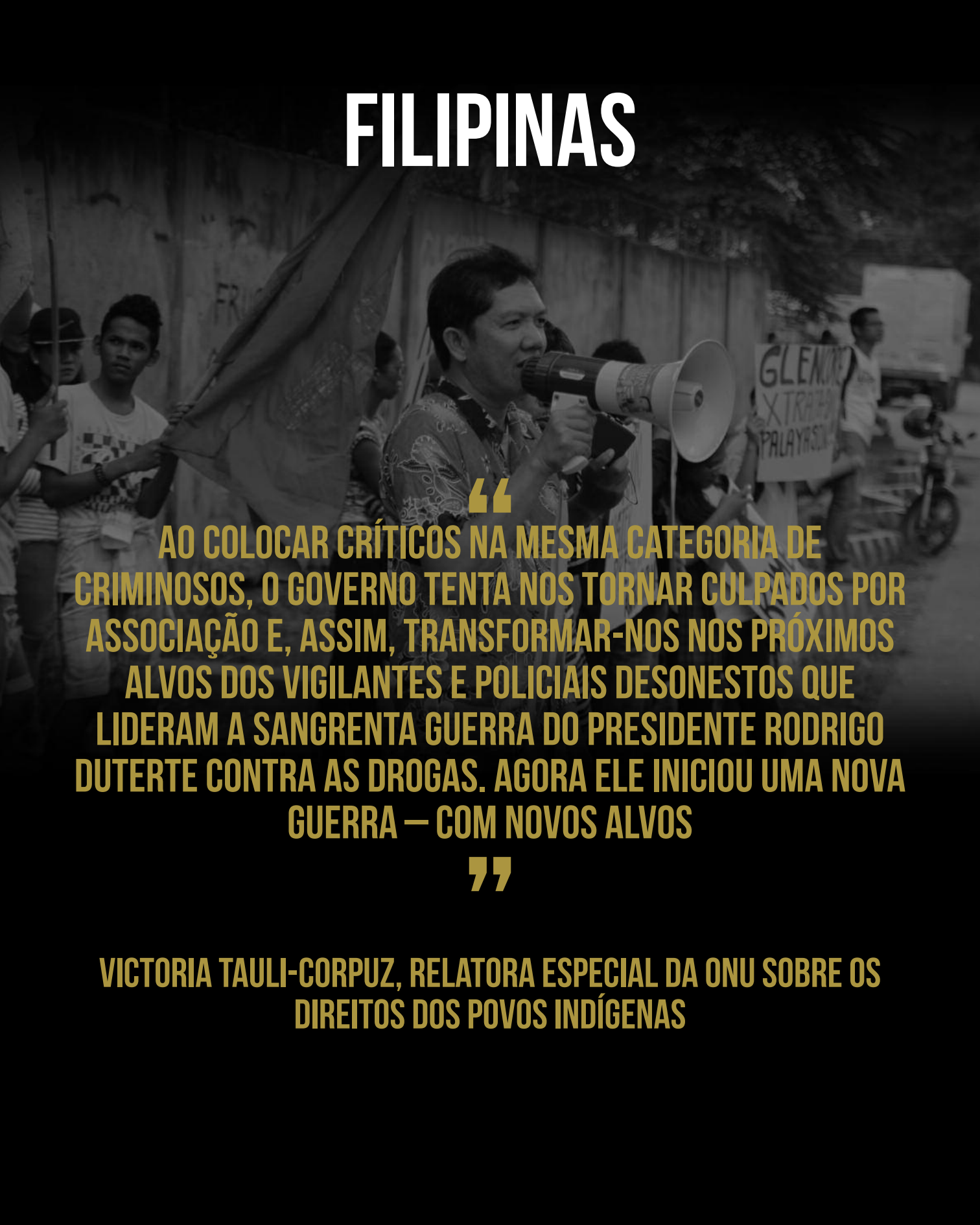


FILIPINAS



“

AO COLOCAR CRÍTICOS NA MESMA CATEGORIA DE CRIMINOSOS, O GOVERNO TENTA NOS TORNAR CULPADOS POR ASSOCIAÇÃO E, ASSIM, TRANSFORMAR-NOS NOS PRÓXIMOS ALVOS DOS VIGILANTES E POLICIAIS DESONESTOS QUE LIDERAM A SANGRENTA GUERRA DO PRESIDENTE RODRIGO DUTERTE CONTRA AS DROGAS. AGORA ELE INICIOU UMA NOVA GUERRA — COM NOVOS ALVOS

”

VICTORIA TAULI-CORPUZ, RELATORA ESPECIAL DA ONU SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

O CLIMA DE IMPUNIDADE QUE PREVALECE NAS FILIPINAS, COMBINADO COM O ENCORAJAMENTO da administração a assassinatos extrajudiciais de supostos usuários de drogas, bem como a linha cada vez mais dura tomada pelo exército em relação à Frente Nacional Democrática das Filipinas, resultou na grave deterioração da situação de pessoas defensoras de direitos humanos no país.²⁵⁰

Desde a eleição do presidente Rodrigo Duterte em maio de 2016, defensores e defensoras de direitos humanos enfrentaram uma onda de assassinatos e violência. A perseguição judicial e a criminalização de pessoas defensoras continuam sendo comuns, com políticos e atores privados, como empresas de mineração, usando o sistema de justiça criminal para silenciar aqueles e aquelas que se opõem a seus interesses. Defensores e defensoras foram acusados/as de crimes violentos ou de serem integrantes do Novo Exército Popular, o braço armado do Partido Comunista. Defensores e defensoras de direitos humanos também relataram casos de monitoramento e vigilância por parte das autoridades de segurança.²⁵¹ De certa forma, esse é o mesmo padrão de abuso de direitos humanos visto nas administrações dos presidentes Arroyo e Aquino, mas o que distingue o governo do presidente Duterte dos regimes anteriores é a natureza explícita e escancarada de seu ataque direto ao Estado de Direito, à mídia independente e às instituições estatais destinadas a proteger os direitos humanos. Esta agenda de combate aos direitos humanos tem sido cada vez mais direcionada às pessoas defensoras de direitos humanos. Em dezembro de 2017, o Movimento em Defesa dos Direitos Humanos e da Dignidade (iDEFEND) e a Aliança Filipina de Defensores de Direitos Humanos (PAHRA, em inglês) condenaram “nos mais fortes termos – o ataque contínuo contra pessoas defensoras de direitos humanos nas Filipinas, que agora é agravado pelas políticas e ações contra os direitos humanos do governo de Duterte, as quais estão criando um ambiente mais hostil para o trabalho em direitos humanos”.²⁵²

Isso levou a “um efeito inibidor na oposição do país, na sequência de ataques contra figuras proeminentes que criticaram as políticas de Duterte, incluindo a prisão de uma das principais críticas ao governo, a senadora Leila de Lima,²⁵³ a remoção do presidente da Suprema Corte de seu cargo e ameaças contra o Procurador-Geral”.²⁵⁴ Ataques à Comissão Nacional de Direitos Humanos também se intensificaram, pois os legisladores a acusam de “aliar-se a supostos criminosos”, no contexto da campanha antidrogas. Os congressistas também causaram alvoroço ao aprovar um orçamento anual para a Comissão de somente US\$ 20,00, tendo posteriormente a decisão sido derrubada no Senado.²⁵⁵ Como resultado, o Índice de Estado de Direito (Rule of Law Index) de 2018 do Projeto World Justice classificou as Filipinas em 88 dos 113 países, visto que o país vivenciou “a queda mais significativa em termos de restrições a poderes do governo, direitos fundamentais, justiça criminal, ordem e segurança”.²⁵⁶

CAMPANHAS DE DESPRESTÍGIO E PERSEGUIÇÃO JUDICIAL CONTRA PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

Essa hostilidade declarada ao trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos está alimentando um padrão crescente de assédio e intimidação de defensores e defensoras, incluindo campanhas de desprestígio por parte de autoridades estatais. As campanhas de desprestígio ou difamação são usadas para minar a credibilidade de pessoas defensoras de direitos humanos e ajudam a identificá-las como alvos em potencial. Muitas vezes, uma campanha de difamação é a precursora de um ataque direto. Essas campanhas foram reforçadas pelas próprias ameaças do presidente de matar defensores e defensoras de direitos humanos por causa de suas críticas a sua política de atirar para matar na “guerra às drogas”: “Os [defensores de] direitos humanos disseram que eu ordenei os assassinatos. Eu disse a eles: ‘Ok, vamos parar’. Vamos deixar que eles [usuários de drogas] se multipliquem para que, quando chegar a hora da colheita, mais pessoas morram. Vou incluir vocês, porque vocês são a razão pela qual seus números aumentam.” Esse nível de ameaças aumentou tanto que, durante a sessão de março de 2018 do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Elceer Carlos, falando em nome da PAHRA e iDefend, conclamou a ONU a suspender as Filipinas do Conselho de Direitos Humanos e a iniciar uma investigação independente sobre os casos.²⁵⁷ Este apelo foi apoiado por Anistia Internacional, ARTIGO 19, Fórum Asiático pelos Direitos Humanos e Desenvolvimento (FORUM-ASIA), FIDH - Federação Internacional pelos Direitos Humanos, Franciscans International, Serviço Internacional pelos Direitos Humanos (ISHR) e a Organização Mundial contra a Tortura (OMCT). O Presidente Duterte também “encorajou a atirarem em mulheres nas genitais, gabou-se de matar seus inimigos e declarou jornalistas como alvos legítimos de assassinato”.²⁵⁸ Da mesma forma, em 28 de março de 2018, o prefeito de Cebu, Tomas Osmeña, disse em uma entrevista: “O que percebo é que os criminosos não têm mais medo porque possuem direitos humanos e as vítimas não têm direitos humanos. Então o que aconteceu? Assim haverá mais vítimas. A Comissão de Direitos Humanos tem grande parte nisso.”²⁵⁹ O efeito combinado do discurso de ódio pelas autoridades, do endosso presidencial do uso de força letal contra a população civil e do sistema legal ineficaz consolida o clima de impunidade para violações dos direitos humanos e contribui para um ambiente no qual o assassinato de pessoas defensoras de direitos humanos é normalizado.

Além de minar a credibilidade de defensores e defensoras de direitos humanos, as campanhas de desprestígio também são usadas para justificar processos judiciais contra eles/as, ajudando a dar credibilidade a falsas acusações. Pessoas defensoras que desafiam as políticas do presidente Duterte são detidas e encarceradas por meio de acusações forjadas. De acordo com os Missionários Rurais das Filipinas²⁶⁰: “A dissidência no país hoje carrega um preço alto, pois o governo a sistematiza como um ato de terrorismo. O método: plantar armas de fogo e

O QUE DISTINGUE O GOVERNO DO PRESIDENTE DUTERTE DOS REGIMES ANTERIORES É A NATUREZA EXPLÍCITA E ESCANCARADA DE SEU ATAQUE DIRETO AO ESTADO DE DIREITO, À MÍDIA INDEPENDENTE E ÀS INSTITUIÇÕES ESTATAIS DESTINADAS A PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS

explosivos e forçar violentamente ativistas a admitirem que são integrantes do Novo Exército do Povo (NPA), o que é facilmente executado pelas forças do Estado – os militares e a polícia. É uma velha tática agravada porque a região de Mindanao foi colocada sob Lei Marcial até 31 de dezembro de 2018”.²⁶¹ Integrantes da equipe dos Missionários Rurais das Filipinas foram também alvo dessa estratégia, por causa de seu apoio a defensores e defensoras. Em março de 2018, Godfrey Palahang, um dos trabalhadores de campo da organização, foi preso e acusado de possuir munição letal.²⁶² Godfrey foi o segundo trabalhador de campo a ser preso sob a acusação de estar ligado ao Partido Comunista do Novo Exército Popular liderado pelas Filipinas.²⁶³ Além disso, sob o Ato de Segurança Humana de 2007, o Tribunal de Apelações pode autorizar agentes do governo a “rastrear, grampear, ouvir, interceptar e gravar comunicações, mensagens, conversas, discussões ou palavras faladas ou escritas de qualquer pessoa suspeita do crime de terrorismo ou do crime de conspiração para cometer terrorismo.”²⁶⁴ Esta legislação com formulação abrangente dá ao governo poderes quase ilimitados para perseguir e assediar defensores e defensoras de direitos humanos.

Declarações recentes de funcionários do governo são particularmente preocupantes, uma vez que eles tentam conectar organizações de direitos humanos ao tráfico de drogas. Em 26 de março de 2018, o Secretário de Relações Exteriores, Alan Cayetano, afirmou que as organizações de direitos humanos “estavam sendo usadas por traficantes”, “inconscientemente”.²⁶⁵ No dia seguinte, o porta-voz presidencial Harry Roque foi além, insinuando que grupos de direitos humanos podem ser parte de “planos de desestabilização” montados por chefes do tráfico contra o governo. Em 28 de março de 2018, um porta-voz da Agência Filipina para o Controle ao Abuso de Drogas (PDEA, em inglês) afirmou que a agência, juntamente à Polícia Nacional das Filipinas (PNP, em inglês), estava “investigando” os vínculos entre cartéis de drogas e grupos de direitos humanos.²⁶⁶ Segundo a Anistia Internacional: “As alegações são a mais recente tentativa perigosa do governo de atacar as pessoas defensoras de direitos humanos e deslegitimar seu trabalho, em vez de garantir a responsabilização por violações generalizadas e sistemáticas de direitos humanos na ‘guerra às drogas’. O governo filipino deve acabar com sua campanha de assédio e intimidação a defensoras e defensores de direitos humanos e se desculpar por suas últimas declarações, as quais colocam em risco a segurança daqueles e daquelas que criticam o governo”.²⁶⁷

ATAQUES A MÍDIA

Em seu Relatório Anual de 2017, a Federação Internacional de Jornalistas classificou as Filipinas como o segundo país mais perigoso do mundo para jornalistas, depois do Iraque.²⁶⁸ Em seu Relatório Anual de 2017, o Comitê para a Proteção de Jornalistas reportou o assassinato de quatro jornalistas nas Filipinas. A retórica hostil em relação a integrantes da mídia pelo presidente Duterte exacerbou ainda mais uma situação já perigosa para jornalistas.²⁶⁹ Por exemplo, poucas semanas depois de sua eleição, o presidente afirmou que “repórteres corruptos não estão livres de serem assassinados”.²⁷⁰ Jornalistas que investigam o papel do governo em execuções extrajudiciais, realizadas como parte de sua guerra contra as drogas, frequentemente enfrentaram perseguição e ameaças de morte. De acordo com o Centro Filipino de Jornalismo Investigativo,²⁷¹ “esses assassinatos, ameaças de morte, tentativas de homicídio, difamações, assédios

EM SEU RELATÓRIO ANUAL DE 2017, A FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JORNALISTAS CLASSIFICOU AS FILIPINAS COMO O SEGUNDO PAÍS MAIS PERIGOSO DO MUNDO PARA JORNALISTAS, DEPOIS DO IRAQUE

ELISA BADAYOS E ELEUTERIO MOISES



Elisa Badayos, coordenadora regional do grupo de direitos humanos Karapatan, foi assassinada no dia 28 de novembro de 2017, na cidade de Bayawan,

Negros Oriental, quando dois atiradores não identificados abriram fogo contra ela e dois colegas, Eleuterio Moises e Carmen Matarlo. Eleuterio também foi morto, enquanto que Carmen ficou gravemente ferida. Elisa e seus colegas estavam retornando de entrevistas com agricultores/as que tinham sido hostilizados/as por seguranças de um reclamante de terras, o qual está envolvido em uma disputa de terras com as vítimas. A missão de investigação estava averiguando casos reportados de assassinatos, assédio e outras violações de direitos humanos em várias cidades de Negros Oriental. Há evidências que sugerem o possível envolvimento de policiais e outros agentes do Estado no caso.

PADRE MARCELITO “TITO” PAEZ



Em 4 de dezembro de 2017, o padre Marcelito “Tito” Paez, coordenador dos Missionários Rurais das Filipinas no Centro de Luzon, foi morto a tiros em Nueva Ecija. Em 1980, ele havia sido o líder da Aliança de Luzon Central para as Filipinas Soberanas (CLASP, em inglês) e fez campanha pela remoção das bases militares dos EUA nas Filipinas. Ele também foi um ativista antinuclear. O padre aposentado de 72 anos foi atacado quando estava dirigindo para casa depois de facilitar a libertação do preso político Rommel Tucay, na cidade de Cabanatuan.

Em seus 32 anos de serviço na diocese da cidade de San José, padre Marcelito sempre defendeu os direitos humanos dos oprimidos, especialmente no centro de Luzon.

online, ataques a sites, revogação de registro ou negação de renovação de franquia, abusos verbais, repreensões e vigilância policial de jornalistas e agências de mídia – de 30 de junho de 2016 a 1º de maio de 2018 – tornaram a prática do jornalismo um empreendimento ainda mais perigoso sob Duterte”.²⁷²

Em uma ação destinada a atender às preocupações de longa data de jornalistas sobre sua segurança, o presidente Duterte emitiu em outubro de 2017 uma ordem criando o Grupo de Trabalho Presidencial sobre Violações ao Direito à Vida, Liberdade e Segurança de Membros da Mídia, que recebeu o poder de investigar crimes contra jornalistas. No entanto, nenhuma investigação relevante foi iniciada até o final do ano.²⁷³ Como resultado, o assédio e a intimidação à mídia independente continuaram. Em 15 de janeiro de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários das Filipinas decidiu que o grupo de mídia on-line Rappler havia violado leis que proíbem a propriedade e controle estrangeiro de mídia local, e decidiu revogar seu registro. A decisão baseou-se em acusações de que o Rappler recebera fundos da Omidyar Network, um fundo criado pelo empresário e fundador do eBay, Pierre Omidyar, para promover sociedades abertas. Maria Ressa, fundadora e editora do Rappler, questionou o que ela e outros do grupo veem como “uma decisão politizada visando sufocar a cobertura jornalística crítica ao governo e às políticas do presidente Rodrigo Duterte, incluindo a campanha letal de ‘guerra às drogas’ que resultou em milhares de mortes”.²⁷⁴ Na ausência de qualquer estrutura formal para investigar os ataques a pessoas defensoras de direitos humanos, a resposta padrão do Estado é negar qualquer envolvimento de seus agentes, difamar as vítimas ou, se houver pressão pública suficiente, prometer uma investigação que nunca se concretizará.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS E ATAQUES A PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

De acordo com a Anistia Internacional, desde que o presidente Duterte assumiu o cargo, estima-se que 12 mil assassinatos extrajudiciais tenham sido relacionados à sua campanha antidrogas,²⁷⁵ enquanto o governo protege de qualquer prestação de contas, por todos os meios possíveis, os criminosos que fazem parte da polícia. O presidente Duterte declarou repetidamente que perdoaria qualquer policial acusado de obedecer às suas ordens.²⁷⁶ Segundo a Anistia Internacional, “o resultado é um país ainda mais perigoso – onde as autoridades violam o Estado de Direito em vez de defendê-lo, onde grupos armados se encorajam e onde as pessoas mais vulneráveis sofrem”.²⁷⁷

Em seu relatório de maio de 2017 ao Conselho de Direitos Humanos, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), “expressou preocupação com a perpetração continuada de execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados. O Escritório se mostrou particularmente preocupado com a proliferação de exércitos privados e grupos de vigilantes que foram parcialmente responsáveis por esses crimes, bem como pelo grande número de armas de fogo ilegais”.²⁷⁸ As execuções extrajudiciais continuam a ser a mais grave ameaça enfrentada por pessoas defensoras de direitos humanos nas Filipinas, onde elas há muito têm sido atacadas/as: 474 pessoas defensoras foram mortas durante a presidência de Arroyo (2001-2010) e 139 durante a presidência de Aquino (2010-2016).²⁷⁹ Essa situação continua no presente. Em seu Relatório Anual cobrindo o período de janeiro a

EM SEU RELATÓRIO ANUAL COBRINDO O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017, A FRONT LINE DEFENDERS RELATOU O ASSASSINATO DE 60 PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NAS FILIPINAS, TORNANDO-SE O PAÍS COM O MAIOR NÚMERO DE ASSASSINATOS DE DEFENSORES E DEFENSORAS FORA DAS AMÉRICAS

GLORIA CAPITAN



Em 1 de julho de 2016, a defensora de direitos humanos Gloria Capitan foi morta a tiros por dois homens não identificados na vila de Lucanin, no município de Mariveles, província de Bataan. Desde o início de seu trabalho em oposição a um projeto de mineração e armazenamento de carvão em 2015, Gloria Capitan havia enfrentado intimidações e ameaças de representantes das empresas proprietárias das instalações de carvão. Gloria Capitan era uma das lideranças do Movimento Bataan Livre de Carvão e Presidente da Associação dos Cidadãos Unidos de Lucanin (Samahan ng Nagkakaisang Mamamayan ng Lucanin),

uma organização comunitária que se opõe pacificamente à operação e expansão de usinas e instalações de armazenamento aberto de carvão no bairro de Mariveles, as quais trouxeram consequências danosas para a população local. Como parte de seu trabalho de direitos humanos, Gloria Capitan organizou campanhas, apresentou reclamações na Justiça, coletou assinaturas para petições e iniciou outras ações públicas, exigindo o fechamento permanente do projeto de carvão.

JIMMY SAYPAN



Em 8 de outubro de 2016, Jimmy Saypan, Secretário-Geral da Associação de Agricultores de Compostela (CFA, em inglês), viajou a Monte Vista para a despedida da “Lakbayan ng Pambansang Minorya”, uma caravana de campanha de minorias nacionais que levavam seu protesto à região metropolitana de Manila. Na manhã de 10 de outubro, Jimmy estava voltando para casa em sua moto quando foi perseguido e baleado três vezes por um atirador, supostamente membro do 66º Batalhão de Infantaria-Exército das Filipinas (IBPA, em inglês). Ele morreu no dia seguinte no Hospital Regional de

Davao. Desde 2012, Jimmy Saypan era um ferrenho defensor antimineração e fez campanha pela descontinuação da exploração mineira na área. Ele também havia feito campanha pela retirada do exército da região de Compostela, com base no fato de que a presença militar apenas resultara em uma série de violações de direitos humanos e causara medo na comunidade.

dezembro de 2017, a Front Line Defenders relatou o assassinato de 60 pessoas defensoras de direitos humanos nas Filipinas, tornando-se o país com o maior número de assassinatos de defensores e defensoras fora das Américas.²⁸⁰ Isso foi quase o dobro dos 31 assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos relatados pela Front Line Defenders em seu relatório anual de 2016.²⁸¹ Em duas cartas separadas submetidas a Agnes Callamard, Relatora Especial da ONU sobre execuções extrajudiciais, e Michel Forst, Relator Especial da ONU sobre a situação de pessoas defensoras de direitos humanos, a organização Karapatan²⁸² solicitou a investigação de 25 casos emblemáticos de assassinatos sumários de defensores e defensoras de direitos humanos, cometidos “como parte da intensificação do programa de contrainsurgência do governo”.²⁸³ O programa identifica arbitrariamente indivíduos, grupos e movimentos como “inimigos do Estado” e não faz distinção entre civis armados e desarmados. Enquanto isso, defensoras de direitos humanos estão sob risco aumentado. De acordo com a Associação de Defensoras de Direitos Humanos das Filipinas (Tanggol Bayi), pelo menos 17 defensoras foram mortas entre a posse do presidente Duterte, em junho de 2016, e novembro de 2017.²⁸⁴ O discurso do presidente à AFP, no qual ele aparentemente releva estupros cometidos por soldados durante operações de contrainsurgência,²⁸⁵ aumentou a preocupação com a segurança de defensoras de direitos humanos. Em sua declaração de dezembro de 2017 condenando os ataques a pessoas defensoras de direitos humanos, a Aliança Filipina de Defensores de Direitos Humanos (PAHRA, em inglês) declarou: “Nós, portanto, responsabilizamos o governo de Duterte pela sistemática violência contra defensores e defensoras de direitos humanos que estão realizando um trabalho pacífico e legítimo para fazer mudanças significativas no país. O presidente Duterte deve ser lembrado de que o governo filipino tem a obrigação legal de respeitar os direitos humanos de todos e todas e de se esforçar para proteger todas as pessoas defensoras de direitos humanos sem exceção”.²⁸⁶

ATAQUES A PESSOAS DEFENSORAS DO MEIO AMBIENTE

As Filipinas têm um valor estimado de 840 bilhões de dólares em recursos minerais não explorados, de acordo com o Departamento de Minas e Geociências das Filipinas, que é responsável por permitir que empresas explorem áreas de mineração e iniciem operações.²⁸⁷ Uma alta porção dessas riquezas está em terras pertencentes a povos indígenas, criando assim a base para conflitos entre comunidades locais e empresas de mineração. Hoje as Filipinas são um dos lugares mais mortíferos do mundo para defender o direito a um meio ambiente saudável. Em seu relatório de 2017, intitulado Defensores da Terra (*Defenders of the Earth*), a Global Witness reportou 28 assassinatos de ativistas ambientais em 2016.²⁸⁸ Em seu relatório de 2018, intitulado Guardiões da Floresta (*Guardians of the Forest*), a Global Witness reportou a morte de 41 ativistas ambientais nas Filipinas.²⁸⁹ A maioria desses assassinatos estava vinculada a lutas contra a mineração e outras indústrias extrativas.²⁹⁰ Teresita Navacilla,²⁹¹ uma defensora de direitos humanos preocupada com o impacto do projeto de mineração King-King no sul de Mindanao, a segunda maior mina de ouro e cobre das Filipinas, foi atacada em razão de seu trabalho e morreu em razão de ferimentos de bala em janeiro de 2016. Em julho de 2016, Gloria Capitán,²⁹² uma expoente defensora do meio ambiente, foi morta a tiros em sua cidade natal Mariveles. Ela fazia oposição ao uso de instalações de armazenamento de carvão e à expansão de uma usina movida a carvão em meio a preocupações sobre os potenciais impactos negativos sobre a saúde e os meios de vida da comunidade local. Até o

NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, QUASE 500.000 HECTARES EM MINDANAO FORAM INUNDADOS POR MINERAÇÃO EM LARGA ESCALA, AGRONEGÓCIO E PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA

momento, ninguém foi responsabilizado por sua morte. Nenita Andes Condez, uma líder indígena subanen de Mindanao, defende seu povo em face de denúncias de violações de direitos humanos e danos ecológicos causados por empresas de mineração canadenses. Em 2017, ela colocou sua vida em risco para visitar o Canadá como parte de uma delegação de lideranças filipinas que buscavam a responsabilização de empresas canadenses e funcionários do governo. Nenita diz que vive sob constante ameaça de morte e atualmente não pode retornar à sua aldeia.²⁹³ Após o assassinato da advogada de direitos humanos e defensora do meio ambiente Mía Mascariñas-Green,²⁹⁴ a PAHRA emitiu uma declaração ressaltando os perigos enfrentados por pessoas defensoras de direitos ambientais: “Os assassinatos de Atty, Mía e muitas pessoas defensoras do meio ambiente, como Gerry Ortega,²⁹⁵ Armin Marin,²⁹⁶ padre Fausto Tentorio,²⁹⁷ entre outras, trazem um alerta implacável para defensores e defensoras de direitos ambientais, em que as probabilidades estão contra eles/as. A impunidade reina na maioria dos casos de ataques e violência contra pessoas defensoras do meio ambiente”. perder. La impunidad reina en la mayoría de los casos de agresiones y violencia contra las personas que defienden los derechos ambientales».²⁹⁸

ATAQUES A POVOS INDÍGENAS

Segundo a Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, “a atual militarização de Mindanao está tendo um impacto massivo e potencialmente irreversível sobre os direitos humanos de algumas comunidades indígenas Lumad da ilha. Milhares de Lumad já foram deslocados/as à força pelo conflito e viram suas casas e meios de subsistência serem destruídos. [...] Tememos que a situação se deteriore ainda mais se a extensão da lei marcial, até o final de 2018, resultar em uma militarização ainda maior”.²⁹⁹ Durante uma Cúpula dos Povos Indígenas na cidade de Davao, em 1º de fevereiro de 2018, o Presidente declarou que os Lumad deveriam deixar seus ancestrais domínios, pois ele iria intermediar a atração de investimentos, particularmente em óleo de palma e mineração, para essas terras: “Nós vamos começar agora e amanhã vou dar algo a vocês. Preparem-se para se mudarem” - veio seu aviso enigmático. As lideranças Lumad temem que o assédio que suas comunidades enfrentam se deva a esse plano.³⁰⁰ Nas últimas duas décadas, quase 500.000 hectares em Mindanao foram

inundados por mineração em larga escala, agronegócio e projetos de geração de energia. Agora, o movimento é em direção às terras ancestrais dos povos indígenas, que são ricas em recursos naturais, oferecendo aos empresários o potencial para grandes lucros.

Outro elemento de risco é que militares são contratados como seguranças privados para proteger esses projetos e, portanto, é de seu interesse vê-los prosseguir.³⁰¹ Em março de 2018, o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas expressou “suas graves preocupações com as acusações do governo filipino contra pessoas defensoras de direitos humanos indígenas como sendo afiliadas a grupos terroristas”.³⁰² Isso foi motivado por uma petição apresentada pelo Procurador do Departamento de Justiça, buscando incluir várias pessoas defensoras indígenas em uma lista de mais de 600 indivíduos identificados como “organizações e/ou grupo de pessoas terroristas e ilegais” sob a Lei de Segurança Nacional de 2007.³⁰³ A lista de supostos/as terroristas inclui lideranças indígenas e pessoas defensoras de direitos humanos nacionalmente e internacionalmente renomadas das regiões de Cordillera e Mindanao. Entre elas estão Victoria Tauli-Corpuz, Relatora Especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, e Jeanette Ribaya Cawiding, Coordenadora Regional em Cordillera da *Alliance of Concerned Teachers (ACT)*. Em um editorial publicado no Financial Times em maio de 2018, Victoria Tauli-Corpuz declarou: “Ao colocar críticos na mesma categoria de criminosos, o governo tenta nos tornar culpados por associação e, assim, transformar-nos nos próximos alvos dos vigilantes e policiais desonestos que lideram a sangrenta guerra do presidente Rodrigo Duterte contra as drogas. Agora ele iniciou uma nova guerra – com novos alvos”.³⁰⁴

Em um incidente em dezembro de 2017, oito pessoas da comunidade Lumad foram mortas no que foi inicialmente apresentado como um confronto armado com o exército, mas, de acordo com uma investigação independente conduzida pela igreja filipina e grupos de direitos humanos, foi, na verdade, um massacre. O principal alvo do ataque foi Victor Danyan, morto por ter sido um enfático defensor da reivindicação de sua comunidade em face de uma porção de terra disputada. Parece que Victor foi deliberadamente morto de modo a silenciar a dissensão na área.³⁰⁵ Victor era presidente da Tamasco, um grupo tribal formado em 2006 para recuperar 1.700 hectares de terra ancestral utilizada para plantio de café. A organização também estava protestando contra as operações de mineração de carvão em suas terras ancestrais. As alegações do exército de terem sido alvo de um ataque armado foram desacreditadas pelas evidências coletadas pelo Dr. Benito Molino, um perito forense que disse que “pelo menos 300 cartuchos de munição vazios e intactos de rifles M14 e M16 foram recuperados de vários locais onde os soldados aparentemente dispararam suas armas”.³⁰⁶ Ele concluiu que “não houve confronto – todos os disparos vieram do exército”.³⁰⁷

NOVOS PADRÕES DE OPRESSÃO

O sul das Filipinas tem uma longa história de conflito, com grupos armados, incluindo separatistas islâmicos em Marawi, comunistas, milícias de clãs e grupos criminosos ativos na região de Mindanao.³⁰⁸ Segundo as Nações Unidas, a declaração de lei marcial em Mindanao em 23 de maio de 2017, após confrontos entre forças do governo e militantes islâmicos, somente agravou uma situação de direitos humanos que já se deteriorava.³⁰⁹ Além disso, pelo menos 25 grupos paramilitares com ligações diretas com os militares foram responsáveis por violações de direitos contra os povos Lumad e outras comunidades rurais.

Entre julho de 2016 e dezembro de 2017, a organização filipina de direitos humanos Karapatan³¹⁰ documentou 126 vítimas de assassinatos políticos, a maioria na Região Sul de Mindanao (SMR, em inglês) e 235 tentativas de assassinatos. Em dezembro de 2017, após a violência na cidade de Marawi e a corrente situação de segurança em Mindanao, a Comissão Nacional de Direitos Humanos solicitou ao governo “investigar alegações de saques pelos militares, prisões arbitrárias/ilegais, presença militar em campos de deslocados internos, casos de coleta de dados pessoais de indivíduos, assédio por parte de militares, desaparecimentos forçados, tortura e execuções extrajudiciais”.³¹¹ A Comissão também instou o governo a “responsabilizar os atores estatais e não estatais responsáveis pelas atrocidades cometidas contra os moradores locais”.

IMPUNIDADE: NEGAÇÃO DE JUSTIÇA

Até o momento, o governo das Filipinas tem consistentemente deixado de abordar as violações de direitos humanos do passado, ou de enfrentar os continuados assédios e assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos, além de seu fracasso em abordar a questão das mortes no contexto da guerra contra as drogas. Em julho de 2007, a Suprema Corte das Filipinas tentou assumir um papel mais ativo na defesa dos direitos humanos de cidadãos e cidadãs. Após uma cúpula de dois dias, a “Ação de Amparo”,³¹² que foi descrita pelo ex-presidente da Suprema Corte, Reynato Puno, como “a maior arma legal para proteger os direitos constitucionais de nosso povo”, entrou em vigor.³¹³ Em agosto de 2007, o ex-presidente Puno também decidiu sobre a ação de Habeas Data.

A Ação de Amparo tinha a intenção de impedir que oficiais militares, em procedimentos judiciais, se esquivassem de responsabilização por abusos de direitos humanos simplesmente negando qualquer conhecimento do caso – em petições sobre desaparecimentos ou execuções extrajudiciais –, uma opção que é legalmente permitida nos procedimentos de Habeas Corpus.³¹⁴ O Habeas Data é um recurso disponível para qualquer pessoa cujo direito à privacidade na vida pessoal, liberdade ou segurança seja violado ou ameaçado por um ato ilegal de qualquer oficial ou funcionário, ou ainda indivíduo ou entidade privada, envolvidos na reunião, coleta ou armazenamento de dados ou informações. O Habeas Data funciona como um remédio independente e como complemento ao Habeas Corpus e à Ação de Amparo – ambos os quais visam proteger o direito à vida, à liberdade e à segurança, especialmente das vítimas de crimes com motivação política. No âmbito do Habeas Data, uma pessoa pode obrigar a liberação de informações ou atualizar, retificar, suprimir ou destruir informações de bancos de dados ou arquivos no controle dos

impetrados da ação. Essas medidas legais foram introduzidas em resposta a um alarmante aumento no número de desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, incluindo assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos, ativistas de esquerda e jornalistas, durante o governo de Arroyo.³¹⁵ Elas foram especificamente planejadas para lidar com as limitações do Habeas Corpus. No entanto, embora esses remédios tenham sido introduzidos pela Suprema Corte, eles permaneceram ineficazes, até hoje, porque as forças armadas negam consistentemente qualquer envolvimento nos assassinatos de pessoas defensoras, além de a Suprema Corte não poder torná-los efetivos por falta de cooperação do Estado. De acordo com o relatório de agosto de 2017 do *Global Impunity Index*, as Filipinas têm a mais alta taxa geral de impunidade para crimes no mundo, com uma pontuação de 75,6% dentre os 69 países estudados.³¹⁶ A experiência das pessoas defensoras de direitos humanos está alinhada com essa estatística, embora a ausência de uma agência estatal centralizada para coletar dados sobre ataques a defensores e defensoras signifique que os relatórios produzidos por organizações da sociedade civil são a única fonte confiável.

De acordo com a Global Witness, “dos 67 assassinatos nas Filipinas de pessoas defensoras de direitos ambientais investigados e documentados por elas, entre 2002 e 2013, apenas 2 perpetradores foram presos por seus crimes”. Em agosto de 2017, Karapatan informou que 40 dos/as seus/as funcionários/as de direitos humanos foram mortos/as pelas forças de segurança do Estado desde 2001,³¹⁷ mas até hoje ninguém foi levado à justiça por nenhum desses assassinatos.³¹⁸ A resposta do governo é ofuscar e negar, como corroborado pela declaração da Human Rights Watch sobre assassinatos no contexto da guerra contra as drogas: “O governo frustrou os esforços da mídia e de outros observadores independentes de manter uma contagem verificável e transparente de tais mortes por meio da divulgação de dados contraditórios”.³¹⁹ Enquanto isso, a Comissão Nacional de Direitos Humanos das Filipinas expressou sua preocupação com a restrição ao devido processo legal: “Todos os seres humanos têm o direito ao devido processo legal nos tribunais. Independentemente de suas circunstâncias, execuções sumárias não são justiça e qualquer afirmação de que suas mortes são merecidas é um sinal da falência do sistema Judiciário”.³²⁰ Diferente da situação em países como Brasil, Colômbia e México, onde o Estado reconheceu sua obrigação de proteger pessoas defensoras de direitos humanos e criou sistemas formais (embora ineficazes) para protegê-las, nas Filipinas ainda não existe um mecanismo formal para a proteção de defensores e defensoras.

A justiça continua distante para vítimas de violações históricas de direitos cometidas pela AFP e grupos paramilitares durante os regimes de Arroyo e Aquino. Os perpetradores do massacre de Lianga, bem como as forças de segurança do Estado responsáveis por EJs (execuções extrajudiciais) de camponeses e povos indígenas, permanecem livres de prisão e julgamento, mesmo quando há um mandado de prisão pendente. Enquanto algumas violações de direitos humanos sob a administração Aquino estão sendo investigadas nos tribunais, processos como o recente

indiciamento de oficiais militares envolvidos na morte de padre Fausto Tentorio, em 2011, são uma ocorrência rara.³²¹ O padre Tentorio era um firme defensor contrário à atividade de mineração e defendeu os direitos dos povos indígenas Lumad. Antes de ser morto, ele havia recebido várias ameaças de morte.³²² Enquanto isso, a longa lista de pessoas defensoras de direitos humanos mortas por causa de seu ativismo pacífico continua a crescer.

A decisão de abril de 2018 da Suprema Corte, ordenando que a Polícia Nacional Filipina (PNP) apresente dados sobre a campanha do governo contra as drogas ilegais³²³ é um passo bem-vindo para garantir a responsabilização, mas o que é necessário é que o governo retire seu apoio à prática

de EJs, reconheça o trabalho legítimo de pessoas defensoras de direitos humanos e introduza uma reforma abrangente do sistema legal. No entanto, mesmo as reformas limitadas introduzidas pelo governo para proteger os direitos humanos, como a Lei Anti-Desaparecimentos Forçados de 2012, a Lei Antitortura de 2009 e a Lei da República no.10368 (também conhecida como Lei de Reparação e Reconhecimento das Vítimas) de 2013, não foram efetivamente implementadas e, na verdade, foram amplamente ignoradas.³²⁴ Desde 2015, a Comissão Nacional de Direitos Humanos tem trabalhado para desenvolver um sistema para documentar violações contra defensores e defensoras de direitos humanos, mas, até hoje, não foi possível encontrar uma maneira de fazer isso funcionar na prática. A causa principal dessa inação é a hostilidade explícita do governo ao trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos.

RESPOSTA ESTATAL

Em março de 2018, o presidente Duterte anunciou sua intenção de retirar-se do Tribunal Penal Internacional (TPI) em resposta ao anúncio do TPI de que pretendia iniciar uma investigação preliminar sobre os assassinatos no contexto da guerra contra as drogas.³²⁵ Diante disso, a Comissão Nacional de Direitos Humanos emitiu uma declaração “conclamando o governo, especialmente o setor de segurança, os promotores e os juizes a garantirem que o Estado de Direito prevaleça e que a justiça seja implementada de forma expedita. Transparência, justiça e devido processo legal devem ser primordiais na investigação e julgamento de casos. Isso será para o benefício do Estado, pois mostrará à comunidade internacional que o sistema judiciário filipino é de confiança e está funcionando. Assim, não haverá razão para o TPI intervir”.³²⁶

Em março de 2018, o Alto Comissário para os Direitos Humanos apresentou seu Relatório Anual ao Conselho de Direitos Humanos. Em relação às Filipinas, ele declarou: “Deploro a declaração do presidente Duterte na semana passada de que as unidades policiais não devem cooperar ‘quando se trata de direitos humanos, ou qualquer relator que seja’ e a continuada difamação em relação à Relatora Especial para execuções extrajudiciais deste Conselho, por parte de autoridades. O governo tem o dever de defender os direitos humanos e de interagir com pessoas nomeadas por este Conselho. Preocupa-me o aprofundamento da repressão e o aumento das ameaças a indivíduos e grupos com visões

A JUSTIÇA CONTINUA DISTANTE PARA VÍTIMAS DE VIOLAÇÕES HISTÓRICAS DE DIREITOS COMETIDAS PELA AFP E GRUPOS PARAMILITARES DURANTE OS REGIMES DE ARROYO E AQUINO

independentes ou dissidentes, incluindo senadores da oposição, atuais e ex-funcionários públicos, a Comissão de Direitos Humanos, defensores de direitos humanos e jornalistas. Vários processos de impeachment ou demissão foram iniciados contra integrantes da Suprema Corte, do Gabinete do Procurador-Geral e de outras instituições que representam garantias democráticas. A senadora de Lima está arbitrariamente detida há mais de um ano, sem acusações claras. Essa abordagem autoritária à governança ameaça prejudicar irreparavelmente 30 anos de esforços louváveis das Filipinas para fortalecer o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos do povo”. Esse padrão é reforçado pela constante estigmatização de pessoas defensoras de direitos humanos e pelas ameaças diretas do presidente de atacar defensores e defensoras, os/as quais ele identificou como “inimigos/as do Estado”.³²⁷

Em 21 de fevereiro de 2018, a senadora Leila de Lima apresentou um projeto de lei no Senado³²⁸ para garantir a proteção de pessoas defensoras de direitos humanos. O projeto de lei estabelecia um tribunal de direitos humanos e penas de prisão de 12 a 20 anos para perpetradores de violência contra defensores e defensoras de direitos humanos.³²⁹ No entanto, o projeto de lei não avançou e a senadora de Lima está atualmente detida por acusações politicamente motivadas. De acordo com os Relatórios sobre Práticas de Direitos Humanos em 2017, elaborados pelos Estados Unidos e divididos por países, houve “pouco progresso na implementação e execução de reformas destinadas a melhorar as investigações e indiciamento de supostas violações de direitos humanos. Muitas vezes, potenciais testemunhas foram incapazes de obter proteção por meio do programa de proteção de testemunhas, administrado pelo Departamento de Justiça, devido a financiamento insuficiente, atrasos processuais ou falha em seguir adiante devido a dúvidas sobre a eficácia do programa”.³³⁰ A grande maioria dos criminosos parece desfrutar de impunidade devido à debilidade do Judiciário e das agências de aplicação da lei. As alegações de envolvimento dos serviços de segurança em assassinatos são uma característica de muitos casos.³³¹ A resposta do governo às preocupações da comunidade internacional em relação a questões fundamentais de direitos humanos é tão ultrajante quanto a retórica violenta do presidente Duterte. Entre as recomendações rejeitadas pelo governo durante a terceira Revisão Periódica Universal na ONU, em setembro de 2017,³³² havia 18 relacionadas com a questão dos desaparecimentos forçados e todas as 13 relativas à proteção de pessoas defensoras de direitos humanos e jornalistas. Em vez de tomar nota e agir em relação às violações relatadas, o governo de Duterte recorreu a ataques pessoais e insultos verbais. O presidente Duterte ameaçou dar um tapa em Agnes Callamard, a Relatora Especial da ONU para execuções extrajudiciais, se viesse a encontrá-la.³³³ A mensagem que o governo está enviando às pessoas defensoras de direitos humanos é que elas não podem esperar qualquer proteção das autoridades e que, de fato, podem ser consideradas como “alvos legítimos” de ataques.





RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DAS FILIPINAS

O governo das Filipinas deve tomar medidas imediatas para acabar com a estigmatização e os ataques às pessoas defensoras de direitos humanos, em reconhecimento ao seu papel vital na criação de sociedades mais justas e iguais. O governo também deve rever completamente suas políticas em relação à guerra contra as drogas e ao programa de contrainsurgência, a fim de acabar com a violência indiscriminada contra defensores, defensoras e a sociedade civil. Em particular, o governo das Filipinas deve:

- ❖ Reconhecer que as pessoas defensoras de direitos humanos possuem um papel legítimo na manutenção da paz, justiça e democracia
- ❖ Assegurar investigações rápidas e exaustivas sobre ameaças e ataques contra pessoas defensoras de direitos humanos
- ❖ Trazer à justiça tanto os autores intelectuais quanto os autores materiais de ataques a defensores e defensoras de direitos humanos
- ❖ Fornecer proteção efetiva às pessoas defensoras de direitos humanos em risco

RECOMENDAÇÕES À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS FILIPINAS

Além disso, na ausência de um programa formal de proteção às pessoas defensoras de direitos humanos, a Comissão Filipina de Direitos Humanos (PCHR, em inglês)³³⁴ deve implementar sua resolução de 2015 sobre o monitoramento e investigação de casos de violação de direitos humanos contra defensores e defensoras.

Ademais, a PCHR deve tomar medidas para garantir investigações rápidas e completas, por parte de seus escritórios regionais, sobre reclamações apresentadas por defensores e defensoras e seus familiares.